



CÂMARA DOS DEPUTADOS
GAB. DEP. BIRA DO PINDARÉ

REQUERIMENTO Nº DE 2019

(Dos Srs. Bira do Pindaré e Alessandro Molon)

Requer seja convocado o Ministro de Estado
da Justiça

Senhor Presidente,

Requeremos a Vossa Excelência, com base no art. 50, caput, e 58, § 2º, inciso III ambos da Constituição Federal e na forma do art. 219, inciso I do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, que, ouvido o Plenário desta Comissão, seja convocado o Senhor Sérgio Fernando Moro, Ministro de Estado da Justiça e Segurança Pública, para prestar esclarecimentos acerca da existência de um quadro generalizado de tortura praticado por membros de força-tarefa autorizada pelo Ministério da Justiça para controlar os presídios do Estado do Pará.

JUSTIFICAÇÃO

Reportagem publicada pelo jornal O Globo, do dia 08 de outubro de 2019, traz denúncia apresentada pelo Ministério Público do Pará de que membros da força-tarefa enviado pelo Ministério da Justiça para controlar a crise prisional do estado estariam



CÂMARA DOS DEPUTADOS
GAB. DEP. BIRA DO PINDARÉ

praticando atos de tortura generalizada contra os detentos sob responsabilidade do sistema prisional.

A ação do Ministério Público tem como alvo o agente penitenciário escalado para coordenar a força-tarefa no estado. Há relatos de práticas que vão do empalhamento a perfuração dos pés de presos com pregos.

De acordo com relatos de um dos agentes penitenciários do estado relatados na reportagem, os casos de torturas, que antes eram pontuais, se tornaram generalizados depois da intervenção. As denúncias são tão graves que agentes prisionais estão tendo dificuldade de dormir devidos aos gritos dos torturados. “Não é questão de apreço, de gostar dos presos, é uma questão de humanidade. Parece que fizeram uma seleção de psicopatas, e deram direito a eles de se regozijarem nos presos”, diz o relato de um agente estadual.

Apesar das graves denúncias, o ministro da Justiça, Sérgio Moro, se manifestou de forma desrespeitosa e procurou desqualificar a investigação realizada pelo Ministério Público. “Acho que as bases que levaram à propositura desta ação não estão corretas. Tenho absoluta crença de que, assim que os fatos forem totalmente esclarecidos, esta questão vai ser resolvida. A intervenção levou disciplina para dentro dos presídios”, disse o ministro por meio da assessoria de comunicação do Ministério da Justiça.

Diante desta postura inaceitável para um ministro de estado da Justiça, faz-se necessário que o ministro venha à Casa do Povo para se explicar sobre quais providências estão sendo tomadas para averiguar estas denúncias e sanar imediatamente qualquer ato de tortura cometido pelo estado brasileiro.

Sala das Reuniões, 08 de outubro de 2019.

Dep. Bira do Pindaré
PSB/MA

Dep. Alessandro Molon
PSB/RJ